

## Prevenção de riscos é fundamental

Realizou-se em Maputo, de 5 a 8 de Outubro, o III Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa (CPLP), sob o tema geral *Perspectivas de Gestão e Sustentabilidade da Zona Costeira*. A prevenção de riscos foi um dos temas em destaque.

■ Por MARGARIDA CARDOSO DA SILVA\*

A motivação para a realização dos congressos dedicados ao tema da Gestão Costeira, de iniciativa da Associação Portuguesa de Recursos Hídricos ([www.aprh.pt](http://www.aprh.pt)) em organizações conjuntas com associações congéneres de outros países de expressão portuguesa, decorre do reconhecimento da importância da zona costeira, tanto ecológica como social e económica, e das crescentes pressões que sobre ela se exercem, decorrentes das suas múltiplas utilizações.

Com efeito, desde os tempos antigos que a zona costeira, a interface entre a terra e o mar, exerce sobre o homem uma enorme atracção. Estima-se que, actualmente, quase três quartos da população mundial viva na zona costeira, o que se traduz em elevada densidade demográfica e industrialização, alterações na ocupação do território e na geração de elevadas cargas de poluição.

Esta atracção pelas zonas costeiras tem razões sociológicas profundas, decorrentes das suas características que permitem o estabelecimento de portos e das actividades a eles associadas e da diversidade dos seus recursos vivos. Também a amenidade do clima costeiro, o seu valor paisagístico e as condições que propicia para o lazer estão na origem da grande importância turística do litoral. A zona costeira sofre, assim, um conjunto de problemas sobejamente identificados. A actividade turística, com a sua sazonalidade, cria pressões variáveis, frequentemente responsáveis por problemas ambientais de particular gravidade decorrentes das cargas de poluição. É ainda um problema a excessiva exploração dos

recursos vivos, em particular dos pescueiros tradicionais, de tal modo que os *stocks* são afectados, sendo, em simultâneo, destruídos habitats, o que, em conjunto com a degradação da qualidade da água, constitui uma ameaça para os valores naturais e paisagísticos.

A ocupação intensa da zona costeira potencia, ainda, os efeitos dos processos de erosão e recuo da costa, bem como as consequências de desastres naturais, como o demonstram os efeitos do *tsunami* que, no final de 2004, atingiu o sul da Ásia. Este conjunto de problemas pode, a prazo, e em alguns casos de forma já actualmente bem visível, pôr em perigo os próprios recursos e valores que fizeram da costa uma zona tão valiosa para um grande número de actividades.

Com a realização deste III Congresso sobre Planeamento e Gestão das Zonas Costeiras dos Países de Expressão Portuguesa pretendeu-se contribuir para a divulgação, análise e discussão de métodos, casos de estudo e problemas das zonas costeiras, esperando-se que proporcione um contributo válido para a protecção, valorização e utilização sustentável das extensas orlas marítimas de todos os países da CPLP e dos seus recursos naturais.

A realização do III Congresso, em Moçambique, que foi antecedido pelos congressos realizados em 2001 nos Açores, e em 2003, no Brasil, teve um especial significado que decorre, não só de ter sido o primeiro a realizar-se num dos novos países de expressão portuguesa, mas ainda pela relevância do tema para Moçambique, dada a extensão da sua costa, cerca de 2700 km, e a diversidade e importância dos seus ecossistemas costeiros, de que se destaca a zona de coral, entre os rios Rovuma e Zambeze.

A costa moçambicana tem, ainda, baías e praias arenosas, algumas nos arquipélagos situados ao largo da sua costa, de crescente potencial e capacidade de atracção de turistas de todo o mundo. Também em Moçambique se verifica que ao longo da costa vive cerca de 40 por cento da população, onde se desenvolveram as principais cidades devido à existência de portos e comércio marítimo.

A pesca de subsistência é, ainda, a mais praticada pelas diferentes comunidades étnicas costeiras, sendo crescente a importância da pesca comercial de camarão, outros crustáceos e peixes, que contribui com mais de 20 por cento para o Produto Interno Bruto (PIB).

Este III Congresso foi programado de modo a promover o intercâmbio de ideias e experiências entre as comunidades técnica e científica destes países, através de acordos técnico-científicos, que contribuam para um melhor conhecimento e para uma melhor capacidade de actuação, e para estimular acções de formação, de investigação e de desenvolvimento de interesse comum.

A sessão de abertura foi presidida pelo ministro para a Coordenação da Acção Ambiental de Moçambique, e a sessão de encerramento pelo ministro da Ciência e Tecnologia, estando ainda presentes o vice-reitor da Universidade Eduardo Mondlane, o representante do ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional de Portugal, e do ministro da Ciência e Tecnologia do Brasil. Na presidência da sessão estiveram, ainda, os presidentes da Comissão Directiva da APRH e das comissões organizadoras Internacional e Local.

Participaram 104 congressistas de países da CPLP (Moçambique, Angola, Cabo Verde,





Portugal e Brasil), tendo sido apresentadas mais de 50 comunicações, na sessão plenária dedicada à análise da *Organização Institucional das Zonas Costeiras* e em oito sessões técnicas, cobrindo os seguintes temas:

- Bacias hidrográficas e zonas costeiras; indicadores ambientais e de vulnerabilidade; dinâmica litoral e protecção costeira; educação ambiental e participação pública; direitos, prejuízos e benefícios das comunidades humanas em zonas costeiras; planeamento e gestão das zonas costeiras; turismo em zonas costeiras; dinâmica litoral e protecção costeira; processos físicos.

As comunicações de autores versando problemas e casos de estudo moçambicanos distribuíram-se em todas as temáticas. Foram apresentadas comunicações tratando a problemática da influência da gestão de Cahora Bassa no baixo Zambeze e da propagação de sal no rio Incomati, abordada a problemática da caracterização e gestão de mangais e de outros habitats costeiros, bem como aspectos relacionados com a educação ambiental e a gestão participativa de recursos vivos, em especial em relação à pesca. O problema da qualidade da água costeira, em especial na baía do Maputo, foi também objecto de apresentação de casos de estudo.

Realizaram-se mesas redondas sobre temas

específicos, sendo de referir a que abordou o tema das *Possibilidades de Parcerias Entre Países da CPLP, no Âmbito das Zonas Costeiras*, tema que representou o objectivo central desta série de congressos.

Na sessão de encerramento foram apresentadas conclusões de que se salientam:

- O reconhecimento da grande importância dos laços históricos e linguísticos, como suporte para uma cooperação científica profícua;

- A importância das zonas costeiras dos países da CPLP, para as comunidades nelas residentes, em particular como suporte das actividades delas directa ou indirectamente dependentes;

- A existência de regiões com elevada vulnerabilidades e factores de risco, criando particular susceptibilidade a fenómenos naturais extremos, bem como situações onde os efeitos nefastos de processos de instabilidade da costa e de erosão têm potencialmente efeitos nefastos em diversas actividades, com relevância para o turismo.

Foi ainda reconhecido que a participação pública na gestão, utilização e protecção das zonas costeiras e dos ecossistemas associados tem vindo a ganhar uma importância crescente e que as acções antrópicas nas respectivas bacias hidrográficas são determinantes

na qualidade ambiental. A experiência de Moçambique, onde se tenta conciliar turismo e conservação, foi também referida como muito relevante.

Na sessão de encerramento foi ainda apresentado um conjunto de recomendações que, entre outras, apontam para a necessidade de incrementar os mecanismos e instrumentos de planeamento e ordenamento do território que, adoptando uma abordagem multisectorial e interdisciplinar, incorporem os resultados das análises de risco dos sistemas costeiros. Foi ainda recomendado que o processo de planeamento seja efectuado com o envolvimento de peritos e utilizadores, pois só assim será possível identificar e projectar soluções e alternativas sustentáveis de gestão.

O congresso recomendou, ainda, uma atitude preventiva, pois é reconhecida a vantagem em antecipar problemas, planeando intervenções e gerindo adequadamente acções e conflitos, evitando-se assim a necessidade de intervenções de emergência de menor eficácia e maior custo. Realizou-se ainda uma visita à Ilha da Inhaca onde a observação técnica da costa foi complementada por agradáveis momentos de lazer proporcionados pela beleza da região. ■

\* DEPARTAMENTO DE HIDRÁULICA E AMBIENTE DO LNEC (PORTUGAL)

